



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

#### ASSEMBLEIA MUNICIPAL

#### ATA Nº03/2015

**----ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DA BARQUINHA, REALIZADA EM SESSÃO ORDINÁRIA, AOS VINTE E SEIS DIAS DO MÊS DE JUNHO DO ANO DE DOIS MIL E QUINZE. -----**

--Aos vinte e seis dias do mês de Junho do ano de dois mil e quinze, pelas vinte e uma hora reuniram, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Vila Nova da Barquinha, sob a presidência do Senhor João Manuel Alves Gralha, tendo como primeiro secretário o Senhor Inocêncio Rodrigues Cruz e segundo secretário o Senhor César Barros Cardigos, convocada nos termos do nº1, do artigo 27º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro, conforme anúncio público afixado por Edital, a dezassete de Junho de dois mil e quinze, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----Ponto um - Expediente, informações e aprovação da ata; -----

-----Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c), do nº2, do artº 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de Setembro; -----

-----Ponto três - Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2014 termos da alínea i), do nº. 1, do artigo 33º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro;-----

-----Ponto quatro - Apreciação e aprovação da proposta de delimitação da ARU de Atalaia; -----

-----Ponto cinco - Encerramento do Polo de Saúde de Limeiras e do Polo

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de Saúde de Praia do Ribatejo, conhecimento; -----

-----Ponto seis - Agropecuária Valinho, S.A., Herdade do Colmeiro, Vila Nova da Barquinha, conhecimento; -----

-----Ponto sete - Apreciação e aprovação do Regulamento de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha; -----

-----Ponto oito – Pedido de renovação de autorização emitida pela Assembleia Municipal, em 26 de Setembro de 2014, procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado (3 postos de trabalho). -----

-----Ponto nove - Pedido de autorização, nos termos do n.º.2, do artigo 47.º. da Lei n.º. 82-B/2014, de 31 de Dezembro, para a abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, uma vez que o anterior concurso ficou deserto.-----

Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes deputados da Assembleia Municipal, Senhores: -----

João Manuel Alves Gralha; -----

Paulo Fernando da Graça Constantino; -----

José Maria Chambel Esteves; -----

José Pereira de Sousa; -----

Manuel da Costa; -----

César Augusto da Silva Barros Cardigos; -----

Inocêncio Rodrigues Cruz; -----

Manuel Maria Pequito Cardoso; -----

Vitorino Gomes Monteiro; -----

João Fernando Mexia Machado; -----

Manuel Maria Ferreira Honório; -----

José Miguel Baptista Homem; -----

Benjamim dos Santos Abalada Reis; -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nuno Miguel Reis Marques Sousa Gomes; -----  
Anabela Pereira Cardoso Queiroz; -----  
Eduardo Cristóvão Gil de Oliveira; -----  
João Filipe Ricardo; -----  
Paula Alexandra Vieira Duarte; -----  
Manuel de Oliveira. -----

Nos termos do art.º 48º, da Lei nº169/99, de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, esteve presente o Senhor Presidente da Câmara, Fernando Manuel dos Santos Freire, os Senhores Vereadores Rui Constantino Martins, Ricardo Manuel Ramalhete Honório, Rosa Maria Claudino Fernandes Garrett e Luís Manuel dos Santos Valente. -----

**Devido à ausência do Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, informado por escrito, foi substituído nesta sessão pelo 1º Secretário João Manuel Alves Gralha. (nos termos do nº3, do artigo 46º, da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redação dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----**

Após confirmar a existência de quórum, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou aberta a sessão. -----

**Neste momento o Senhor Deputado João Gralha solicitou um minuto de silêncio em memória do ex-Deputado Municipal e ex- Vereador, Senhor Francisco Sousa. -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Não sei se está aqui mais alguém que esteve na Assembleia com o Senhor Francisco Sousa, foi uma pessoa que tive pena que tenha falecido, foi uma pessoa que às vezes parecia um pouco chato, “pica miolos”, mas era uma pessoa que se interessava pelo concelho. O Senhor Francisco vinha para aqui chatear as pessoas no bom sentido. Eu, cheguei a fazer uma coisa curiosa com ele, que não cheguei a fazer com mais ninguém, foi darmos uma

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

volta ao concelho e mostrar-me caminhos que eu não conhecia. Só queria deixar esta nota, é uma homenagem que lhe presto. Tive pena de não ter tido conhecimento do falecimento do Senhor Francisco.” -----

### **----- APROVAÇÃO DA ACTA -----**

O Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, submeteu à apreciação a ata número dois, da reunião realizada a trinta de Abril de dois mil e quinze, cujo texto foi previamente distribuído a todos os membros deste órgão deliberativo. -----

**Não havendo intervenções por parte dos Senhores Deputados, foi submetida à votação o projeto de ata número dois de trinta de Abril de dois mil e quinze, a qual foi aprovada por maioria, com 1 abstenção da Senhora Deputada Municipal Anabela Pereira Queiroz e dezoito votos a favor dos Senhores Deputados Manuel de Oliveira do CDS, Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e Manuel Costa, Inocêncio Cruz, Paulo Constantino, José Chambel, Vitorino Monteiro, César Barros, Manuel Cardoso, João Machado, Benjamim Reis, Manuel Honório, Miguel Homem e João Gralha do PS.** -----

### **----- EXPEDIENTE -----(Vide anexo 1)-----**

**Apresentação de Declarações Políticas e Moções.** -----

= Foi apresentada uma declaração Política pela Senhora **Deputada Municipal Paula Duarte** sobre o tema “**Na Saúde e na Doença até que o Capital nos separe**” – (vide anexo 2) -----

= Moção apresentada pelo Senhor **Deputado Municipal Manuel Cardoso** sobre tema “**Serviço Nacional de Saúde**” – (vide anexo 3) -----

**Posta à votação a sua admissibilidade foi aprovada por unanimidade.**

**Para intervir sobre a Moção inscreveram-se os seguintes deputados:**

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro** – “O processo de criação do novo grupo hospitalar do Ribatejo, é um disparate e uma



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

violação dos direitos dos cidadãos ao acesso de cuidados de saúde. Não se compreende o recente encerramento temporário dos polos de saúde do nosso concelho como Atalaia, Limeiras e Praia do Ribatejo, só fragiliza o serviço de saúde do nosso concelho. Quanto mais dispersão das especialidades maior é a rotura que se provoca no Serviço Nacional de Saúde, isto está comprovado. Meus amigos, a saga não acaba aqui, o Governo pretende retirar / aniquilar o serviço público fundamental para as populações, e com isto garantir mais parcerias público privadas para os amigos. Tudo junto será uma ruína financeira do Estado Português, pois se neste momento com parte do setor público ainda a renda anual das parcerias público privadas poderá chegar a dois por cento do PIB em dois mil e quinze, imagina-se o que nos espera em dois mil e dezasseis se deixarmos o plano avançar. Devemos batermo-nos pelo futuro do setor público de saúde e serviço nacional de saúde que estão, e sempre estiveram, ao serviço da população, defender uma gestão integrada do serviço nacional de saúde, e com isso garantir à população proteção dos mais pobres e dos menos capazes. Não desistimos de defender, assegurar a qualidade e segurança do serviço público.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “A minha intervenção é curta, até porque já falamos sobre isso e se há alguém que tem lutado por isto somos nós, CDU. Nós vamos votar a Moção favoravelmente porque com a saúde não se brinca. Os casos de abandono em hospitais e os casos de saúde estão a ser demasiado graves para que fossemos agora votar contra ou até abster. De qualquer maneira, O Partido Socialista tem alguma culpa, e vou lembrar que este ataque ao serviço nacional de saúde, começa com o Ministro Correia Santos, figura suspeita no PS, e uma outra figura que teve grande peso na implementação do serviço nacional de saúde, neste país, foi António Arnaut, que todos os socialistas bem conhecem. É tempo do PS assumir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

as suas responsabilidades nesta matéria, e de uma vez por todas trilhar outro caminho. Depois do atual Governo ter anunciado que a Portaria oitenta e dois de dois mil e catorze não se ia aplicar ao distrito de Santarém, uma exceção no país, isso até foi dito, agora vêm anunciar a fusão dos Centros hospitalares do distrito e criar o chamado grupo hospitalar do Ribatejo. O que temos que fazer é continuar a lutar contra isto, como diversas comissões de utentes estão a fazer hoje.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes** – “Frisar que vamos votar favoravelmente apesar de não concordarmos com a totalidade dos pontos, mas, no essencial concordamos. Em relação às palavras do Deputado Vitorino, relembro que em relação às parcerias público privadas, felizmente ou infelizmente, não vem deste Governo, vem do Governo anterior e que com muito custo estão a ser renegociadas. Essas PP’S pelo que sei e me foi dado conhecimento estão altamente blindadas. Muito já se conseguiu fazer em relação a eles e estamos a pagar este ano em relação ao défice de anos anteriores e temos o aumento das parcerias público privadas e para o ano que vem ainda mais e assim progressivamente, não se pode fugir a isto, mas não foi este Governo que fez concerteza.” -----

**Não havendo mais intervenções por parte dos Senhores Deputados foi posta à votação a Moção do qual foi aceite por unanimidade com 19 votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, José Salvado e Nuno Gomes do PPD/PSD João Filipe Ricardo, Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS, Inocêncio Cruz, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, Manuel Cardoso, José Pereira de Sousa, José Chambel, Manuel da Costa, Benjamim Reis, Manuel Honório, João Machado, José Miguel Homem e João Gralha do PS.** -----

**----- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA -----**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Após as inscrições para o período antes da ordem do dia, registaram-se as seguintes intervenções por parte dos Senhores Deputados da Assembleia Municipal: -----

= **Intervenção do Senhor João Filipe Ricardo.** -----

= **Resitejo** - “Tenho aqui uma carta que o Senhor Presidente da Assembleia me fez chegar e concerteza a todos os membros. O Ofício da Resitejo, sobre a consulta de elementos da Resitejo (**vide Anexo 4**). Eu li o ofício e acho que há aqui uma espécie de recado. O Senhor Presidente fez o favor de enviar isto e fez bem, eu tomei conta do recado e agora pedia ao senhor Presidente, hoje interino, que tomasse conta do meu recado. Na altura em que eles dizem que estavam as contas da Resitejo no site, não estavam, até porque fizemos um requerimento em Fevereiro e se as contas lá estivessem não tínhamos andado aqui a chatear a Câmara e a tirar cópias de uma série de documentos. Consultando alguns documentos dos empréstimos faltam alguns esclarecimentos sobre os investimentos realizados, assim como a fonte de financiamento dos mesmos. Nós pedimos, igualmente, informação sobre as entidades que estão a laborar na Resitejo e do qual não obtivemos resposta. Perguntamos se há participação de elementos da Direção da Assembleia Geral da Resitejo ou do administrador delegado nalgumas destas empresas e também não obtivemos resposta.” -----

= **Intervenção do substituto do Senhor Presidente da Assembleia (João Gralha)** – “Vou transmitir à Resitejo a informação do seu reparo.”-

= **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro** – “Pretendo relembrar o Senhor Deputado Nuno Gomes, com muito respeito que tenho pela sua bancada e sua pessoa, que estamos habituados que o PS seja pai de todos os males. Só para lembrar o Senhor Deputado que as parcerias público privadas já vêm do tempo do Senhor Ferreira do Amaral, que hoje é um dos responsáveis pela Lusoponte. Nós, PS,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também estamos habituados a ouvir que o próprio Primeiro Ministro, que não corta nas parcerias público privadas, corta nas pensões, nos salários, estamos num país maravilha.” Por isso, o PS não estranha em abarcar com tudo o que é mau, mas aquilo que é bom nunca lhe é imputado. Estamos habituados a isso, vamos viver com isso, vamos ver se o povo terá consciência se está tudo bem, ou seja, se está tudo mal daqui a quatro meses.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz.** -----

= **Hipermercado Intermarché** - “Só queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara e tem a ver sobretudo com o novo hipermercado Intermarché. Comenta-se que os promotores do projeto tinham dito que para desenvolvimento do concelho iria ser dada prioridade para trabalhar, às pessoas que fossem do concelho. Questiono se isto foi alguma vez à Câmara, ou foi uma mera opção, informação que a empresa deu para cativar a instalação do projeto no concelho.” -----

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu o Senhor Deputado Inocêncio Cruz do seguinte:** -----

= **Hipermercado Intermarché** - “Respodendo à questão do Senhor Deputado Inocêncio, informo que estamos perante um investimento privado, não há acordos entre privados e entidades públicas, porque senão teriam ido à Câmara para aprovação / conhecimento de todos, estariam devidamente publicitados como é timbre e apanágio desde que tomamos posse. O que o promotor nos disse e até prova em contrário, que pelo menos metade dos trabalhadores seriam do concelho de Vila Nova da Barquinha.” -----

-----**///**-----

-----**ATENDIMENTO AO PÚBLICO**-----

**Nesta altura, Senhor Presidente da Mesa colocou à consideração dos Senhores Deputados, nos termos regimentais, a proposta de**

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**passagem ao período destinado à intervenção do Público, o que foi aprovada por unanimidade. Não havendo intervenções prosseguiu-se com a Ordem de Trabalhos.** -----

-----///-----

**Ponto dois – Informação escrita a apresentar pelo Senhor Presidente da Câmara ao abrigo da alínea c) do n.º 2, do art.º 25º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.** -----(vide anexo 5) ---

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

**= Serviço Camarário** – “Li a intervenção toda, ela limita-se a dizer a quantidade de processos, o número de fotocópias, as coisas realizadas pelo serviço de obras. No entanto, não há nenhuma referência as festas do concelho, se houve não reparei. Não houve grandes obras, a escola D. Maria II está concluída. Neste momento estamos à espera que venham aí grandes projetos.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado César Cardigos.** -----

**= Novo Diretor do Agrupamento Escolas D. Maria II** – “Gostaria de saber qual é a situação do Agrupamento de Escolas e do seu diretor.” --

**Os Senhores Deputados tiveram os seguintes esclarecimentos do Senhor Presidente da Câmara:** -----

**= Serviço Camarário** – “Na página nove vem mencionado Feira do Tejo dois mil e quinze e não festas do concelho, aí está a referência pedida. --

**= Novo Diretor do Agrupamento Escolas D. Maria II** – Quanto à questão do Senhor Deputado César. Fiz parte do concelho restrito, para eleição do novo diretor da escola. A eleição foi realizada no dia quinze de junho de dois mil e quinze. Sei que o resultado de quatro candidatos ao cargo resultou na eleição de um candidato conhecido, o Professor Paulo Tavares. Neste momento a respetiva lista e ata terá que ir para homologação da DGEST, Ministério da Educação, Diretor Geral de Educação. A data da tomada de posse desconheço mas tudo indica que

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

será em meados do mês de Julho.” -----

**Ponto três – Apreciação e votação do Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2014 termos da alínea i), do nº. 1, do artigo 33º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro.** -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** - “Foi remetido aos Senhores Deputados toda a documentação sobre as contas consolidadas nomeadamente o parecer técnico dos revisores oficiais de contas. Estamos perante um documento técnico e a opinião é que as «...respetivas demonstrações financeiras apresenta de forma verdadeira e apropriada em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada do Município de Vila Nova da Barquinha a trinta e um de Dezembro de dois mil e catorze e o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados da caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal...» (retirado do Parecer do ROC). Perante esta informação técnica nada mais tenho a dizer sobre o assunto.” -----

= **Intervenção dos Senhores Deputados.** -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** - “Só uma questão. A Lei obriga a isto procedimento? Nós aprovamos a Conta de Gerência e este documento é igual. Isto trata-se de um documento em que a sua presença na Assembleia é só formal ou há algo mais?” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** - “Isto decorre da Lei setenta e cinco de dois mil e treze, Lei das Finanças Locais. É uma coisa nova que obriga a sua apresentação. É uma questão de transparência, saber até que ponto todas as nossas associações que estão incluídas no orçamento municipal.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** - “Eu não me recordo de no ano passado isto vir à Assembleia e a Lei é de dois mil e doze.” -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “A Lei é de dois mil e treze.” -----

= **Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo** – “Isto para mim não foi muito claro, isto de algum modo terá a ver com as divigências que existem em relação às contas da Resitejo?.” -----

= **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara** – “Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Esta lei também obriga à transparência dos atos. Na questão da Resitejo o que está em questão é a interpretação de uma norma jurídica, da Lei das Finanças Locais. No fundo é a procura de maior transparência na Administração Pública e Autárquica.” -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Documento de Prestação de Contas Consolidadas de 2014, esta foi aprovada por maioria com duas abstenções dos Senhores Deputados João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU e dezassete votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto quatro – Apreciação e Aprovação da proposta de delimitação da ARU de ATALAIA.** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para expôr o assunto em epígrafe.** -----

“Isto não é novo para os Senhores Deputados, ainda na última sessão da Assembleia Municipal veio a ARU de Vila Nova da Barquinha e Tancos. Estamos a trabalhar em várias ARU’S, concluímos a da Atalaia que hoje



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é presente a reunião, assim como a sua delimitação. Estamos a trabalhar também na ARU da Praia do Ribatejo. Quando terminarmos esta passaremos para uma ARU restrita do Bairro S. João de Deus e posteriormente para uma ARU restrita da Ponte da Pedra. Este é um documento essencial para as candidaturas a fundos comunitários no âmbito da regeneração urbana e temos de fazer o trabalho de casa antes de fazer os respetivos avisos de abertura. Isto é uma possibilidade de candidaturas a fundos comunitários, no âmbito da regeneração urbana e só podem ser financiados aquelas áreas que estiverem delimitadas.” --

**Neste ponto interviram os Senhores Deputados: -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----**

“Eu li o documento e acho que em termos de caracterização de algumas coisas, como a recuperação da Fonte da Atalaia, histórica, localizada ao pé da casa do Senhor Presidente da Assembleia não está contemplada na ARU, uma recuperação que se fala a muitos anos e nunca foi recuperada, pois recuperada tinha o seu valor. Há aqui também a proposta de revalorização e recuperação de outros espaços na Atalaia que precisam e que dão de fato outra beleza à Freguesia da Atalaia. Há uma área na nossa freguesia que não é abrangida, isto no fundo o que vai acontecer é que a parte de cima da Atalaia Até à Rua da Fortaleza vai ser abrangida, ou seja, a Rua do Moinho não está abrangida nesta ARU? Então vamos deixar essas pessoas que até têm problemas de esgoto fora desta delimitação? Não podemos inserir na delimitação ou isto tem a ver com o PDM? Há aqui uma questão na delimitação, na página sessenta e um «...torna-se necessário requalificar e reabilitar esta área através da reabilitação de edifícios, dos espaços públicos e das próprias dinâmicas urbanas, entendendo o tecido urbano da Atalaia como uma estrutura inter independente que deverá ser gerado e utilizado por pessoas. A sua sobrevivência será sempre condicionada às diferentes dinâmicas internas

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que compõem o conjunto edificado...», depois tem um parágrafo a seguir que não sei se faz sentido, ou se não sei ler «...assim qualquer intervenção deverá pressupor a reabilitação formal e funcional de toda a vila, num contíguo urbano de modo a evitar roturas morfológicas, que conduzam à marginalização da rua principal, torna-se assim necessário expandir a sua fundamentação de reabilitação e preservação do edificado, não deixando inclusive que a vila seja descaraterizada e que a qualidade do ambiente urbano se degrade...» e depois volta outra vez a falar da vila. Estes dois parágrafos era de outro lado ou será que estou a ver mal, ou era na altura em que a Atalaia era Vila? Outro parágrafo também fala em vila «...tendo em conta a caracterização da área de reabilitação proposta, verifica-se que existem problemas a ultrapassar, que interferem com a qualidade do ambiente urbano. A proposta de delimitação que se apresenta integra um conjunto urbano que necessita de ser intervencionado para que a identidade da vila não se perca ou sofre descaraterizações...».

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.**

“Estes problemas da ARU já todos entendemos o que se pretende, mas por pouco temos todo o concelho envolvido numa ARU, provavelmente o nosso concelho deveria estar englobado num todo numa ARU, talvez assim se conseguisse melhorar as condições de vida, que tal como todos sabemos, apesar de muito trabalho que tem sido feito ao longo dos anos, nós vimos que os índices para o nosso concelho continuam a ser maus. Não sei o que é que há aqui que falha, se é a informação para quem faz estes rankings. Vimos ainda, que neste último ranking dos melhores concelhos para viver, Vila Nova da Barquinha, fica nos últimos lugares. Há aqui qualquer coisa que não joga bem. Eu não sei será através da regeneração urbana que nós vamos conseguir melhorar as condições para obtermos uma melhor classificação neste itens. Ao ler o documento



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

também achei interessante focar algo que acompanho mais ou menos que é o Caminho de Santiago. Em vários locais onde temos participado em caminhadas verifico a existência de placas indicando esse caminho. Sendo o nosso concelho atravessado por muitos peregrinos, não sei se não seria interessante também marcar com placas esse mesmo caminho, porque cada vez há mais peregrinos perdidos em algumas zonas com dificuldades para seguir o caminho.” -----

= **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.** -----

“Para além das questões que o meu colega de bancada já referiu eu queria aproveitar para fazer outras questões. A localização e o enquadramento histórico estão muito interessantes e muito bem feito, sendo eu uma suspeita na área. Há que dar uma palavra quando as coisas estão bem feitas. Todo este enquadramento histórico tornou este documento à semelhança de outros que são muito difíceis e entragáveis de ler, e para quem não é de contabilidade ler os mapas é tudo muito complicado e de repente chegar aqui a um documento destes é uma lavagem porque está muito interessante. Eu não sei se este documento está no site da Câmara, sei que foi muito em parte tirado de um blog do Senhor Presidente mas todo ele está muito bem elaborado e seria muito interessante estar disponível no site. -----

Posto estas palavras de reconhecimento por este trabalho questiono o seguinte sobre os fundos comunitários. Como ultimamente se percebeu que através das informações que os fundos comunitários têm vindo a mexer gostaria de saber se há alguma coisa sobre este assunto para tentar perceber da parte do Município se há algum feedback. Estes fundos comunitários são muito importantes para estas ARUS e se de fato o que tem vindo a chegar correspondesse com os montantes esperados era um bom incentivo às ARUS para começar-se a fazer algum trabalho. No final da delimitação das ARUS gostaria de saber quem vai ficar a gerir,

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

se será a Câmara a gerir, organizar, delimitar e a vigiar as ARUS ou se será constituída alguma sociedade à semelhança do que já aconteceu em outros locais, as chamadas SERUS.” -----

### **Tiveram como resposta do Senhor Presidente da Câmara o seguinte:**

“Quanto à questão do Senhor Deputado João Filipe Ricardo tem a ver com a questão da delimitação, porque não área a, b ou c. É uma questão de apreciação técnica. Houve a preocupação de ser homogêneo. Foi feito o levantamento de caracterização em termos de conservação, consolidação dos imóveis caso a caso, que faz parte do próprio projeto. Em termos técnicos, foi avaliado pelos serviços de urbanismo a delimitação da ARU. A ARU tem de seguir algumas regras de registos prediais. Por exemplo, na rua S. Luís, foi enviada uma proposta à Junta de Freguesia da Atalaia para se pronunciar assim, como passar a incluir a Rua D. Afonso Henriques que também se encontra degradada e que já vem neste mapa. Se houver alguma nova sugestão cá estaremos para alterar. Aliás, há relativamente pouco tempo, fizemos uma alteração para englobar a cerâmica “Moinho de Vento” por saber-se que havia um particular que queria intervir no espaço. Estamos a falar de documentos que não são estanques. A qualquer momento pode vir a esta assembleia nova proposta para fazer a respetiva alteração. Há uma apreciação técnica, vale o que vale, e está sujeita a críticas, mas reitero que estamos perante documentos dinâmicos, sujeitos a sugestões e alterações se for necessário. -----

Quanto à questão do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. Esta é uma questão que já tem protocolo assinado, neste momento estamos só à espera resposta do Drº Pedro Machado que faça o respetivo procedimento, ajuste direto, para se marcar os caminhos de Santiago. Foi uma promessa que ele me fez no ano passado na Câmara Municipal de Tomar, juntamente com Vila Nova da Barquinha, Ferreira do Zêzere,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

marcar os caminhos. Isto é uma parceria que a Câmara tem com o Turismo do Centro. Recentemente, mandei-lhe um email sobre este assunto, estou a aguardar resposta. -----

Em relação aos fundos comunitários ainda está uma grande confusão. É a realidade. Para terem a noção há dois dias fui à CIMT negociar com a CCDR Centro algumas medidas de investimento. É público e notório que o POSEUR está a levantar questões de legalidade e parece que deve de ser devolvido a Bruxelas. Estamos em dois mil e quinze e os quadros comunitários são de dois mil e catorze. Na regeneração urbana, como não entra na ITI provavelmente muito em breve, segundo nos informou a CCDR Centro, vão abrir concursos para a regeneração urbana. Aquilo que é relevante para o Município de Vila Nova da Barquinha, numa visão não municipal, mas intermunicipal, foi a negociação, está marcada nova ronda para negociação com a CCDR Centro, na nova filosofia que é a co-governança, co-negociação, ou seja, tem de haver sempre contrapartidas e vantagens, daí as negociações. -----

As SERUS num território tão pequeno não faz sentido, isso trazia outros complexos, outras dinâmicas nomeadamente em terrenos de gestão que felizmente ainda conseguimos resolver com meios próprios. Enquanto for presidente da câmara faremos nós a própria gestão.” -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente à delimitação da ARU de ATALAIA, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- **Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto cinco – Encerramento do Polo de Saúde de Limeiras e do Polo de Saúde de Praia do Ribatejo, conhecimento.** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto:** -----

“O que eu tenho a dizer e foi o que levei a reunião de Câmara e trago a conhecimento a esta Assembleia, é serem informados, no âmbito da saúde, da situação dos cuidados primários no concelho de Vila Nova da Barquinha. Este problema deve ser conhecimento de todos e deve ser partilhado por todos. Na sequência deste ofício que enviou a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo, dei conhecimento à Câmara Municipal e dei conhecimento à Assembleia Municipal. Recentemente, veio uma comunicação da ACES Médio Tejo, que foi junto ao processo, para conhecimento dos Senhores Deputados. Quero informar que o encerramento é temporário, segundo informação do Dr. Branco.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Benjamim Reis** – “Boa noite a todos. Este é um assunto que diz respeito não só às Limeiras e Praia do Ribatejo mas também à Atalaia. Este assunto para mim teve aqui um bom debate através da declaração apresentada pela CDU e a Moção apresentada pelo PS e é isto que nós vamos fazendo, defendendo aquilo que estamos aqui a fazer, defender a saúde, cultura, tudo isso que nós devíamos fazer e está a ter um tratamento muito mau por parte de quem nos governa. Este assunto diz-me respeito porque já no ano passado isto aconteceu. Foi-nos comunicado sem qualquer opinião prévia que iria encerrar temporariamente para férias, o polo de saúde das Limeiras e Praia do Ribatejo. De imediato nós atuamos perante o coordenador do centro de saúde, Drº Branco, para nos explicar este problema. De notar que tivemos sempre a companhia da Câmara Municipal nas reuniões, e



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

alertar que não estaríamos de acordo com o que se estava a passar porque era impossível não haver pelo menos uma resposta. Três meses de encerramento não podíamos aceitar. Não podíamos aceitar mas tivemos de aceitar porque nos foi imposto. Impusemo-nos através da Junta, da Câmara. Nós demos uma resposta e mais uma vez nós fizemos a parte que pertencia ao governo, fomos tratar daquilo que não nos diz respeito. Mas uma coisa é certa, uma preocupação que temos é o bem estar das populações, e isso, leva-nos a tomar posições de salvaguardar e minimizar todos os transtornos que iriam ser causados às populações. Fize-mo-lo, trouxemos os doentes à Barquinha e foi bom porque a nossa população não sofreu tanto, mas foi um erro porque este ano tornaram novamente a abusar. A informação que nos foi dada é que a médica de família estava doente, não havia médica substituta, não devia acontecer isso, deveria ser substituído por um médico. Isso foi discutido na declaração e moção, visto que a Praia do Ribatejo e as Limeiras são localidades distantes e precisam desse acompanhamento. Este ano mais uma vez fomos confrontados com uma comunicação da unidade de saúde familiar a dizer que ia fechar seis meses. A Junta de Freguesia tomou de imediato a posição de mandar uma carta para as entidades competentes, como os Senhores Deputados podem comprovar. Nós tivemos uma resposta que veio da ARS a dizer que afinal só fechava os três meses não só em relação aos médicos, mas também enfermeiros e assistentes. Mais uma vez não estivemos de acordo. Pedimos uma reunião pois não compreendemos como é que é possível no receituário e na enfermagem não haver ninguém que possa colmatar isso. Nós não fechamos as Câmaras, as Juntas, escolas, instituições. Há falta de funcionários nas escolas e estas não fecham e é lamentável que isso aconteça não só na nossa freguesia como em todo o país. Vamos tentar mais uma vez minimizar, não nos compete, mas claro que com a intervenção da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal e Câmara Municipal e de todos os intervenientes, possam dar uma ajuda e que isto seja revertido. Ponham lá um médico e enfermeiros. De qualquer modo, já estamos preparados e já colocamos informação aos utentes afixada no polo de saúde das Limeiras e Praia do Ribatejo. Pelo menos no receituário nós vamos garantir, mas, nós não temos no quadro de pessoal da Junta de Freguesia médicos e enfermeiros. Mais alguma informação que seja pretendida informarei.” --

### = **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.** -----

“Eu já fiz uma intervenção muito alongada no início da sessão do qual refletia as questões da saúde e a CDU quando vem aqui falar das questões da saúde a nível geral parece que as coisas estão muito longe. Nós já por diversas vezes trouxemos aqui o assunto da saúde e parece que nunca nos toca e isto é o reflexo de como as coisas se desenrolam até que realmente nos tocam. Isto é uma questão muito profunda porque um país e um governo dum estado deveriam funcionar num todo, como uma máquina bem oleada, onde todas as peças cumprem a sua função. E a questão de saúde, é muito profunda e está muito enraizada, porque se analisarmos bem o assunto começa logo na questão de educação porque não havendo investimento na educação, não há condições suficientes para haver o tal investimento na formação de médicos. Há poucos médicos e a partir daí gera-se toda uma bola de neve. Há falta de investimento como já foi muita vez debatido aqui, e há cortes diretos e claros na saúde e as populações estão cada vez mais afastadas. A minha intervenção já foi muito grande, queria só referir esta carta que o Senhor Presidente da Junta, Senhor Benjamim elaborou, tem um levantamento muito apurado, o que eu acho e não é uma crítica, só uma observação, quando o Senhor diz rogamus, não lhes peça, exiga-lhes, porque nós com eles não vamos com meias medidas, nós estamos a falar com pessoas e esta é uma das minhas preocupações. O fato desta Junta e a Câmara



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

terem feito todos os esforços para responder à urgente necessidade das populações, eu espero que eles não entendam isto como alguém que lhes dá o dedo e eles tomam o braço. O fato da Câmara estar a providenciar transporte e de ano após ano continuarmos a ver as nossas extensões fechadas, eu temo que elas achem que nós aqui até damos conta do recado, então vamos encerrar definitivamente. Eu tenho medo deste dia. A minha intervenção é só no sentido de manifestar a minha preocupação mais uma vez e incentivar a luta de todos, pois não é um problema político, mas sim do concelho e arranjar uma resposta concertada.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Manuel da Costa. -----**

“Boa noite. Só quero fazer um reforço daquilo que já foi dito sobre este assunto. Testemunhar um caso que se passou comigo. A minha esposa veio ao posto da Barquinha pois eu infelizmente por motivos de saúde uso muitos medicamentos e tenho de ter em stock para que nunca me faltem. Depois de muitas horas de espera trouxe uma lista para obter a receita, ou seja, voltou para casa sem a receita, o que vale é que a farmácia confia em mim e avia-me dando os medicamentos sem receita. Eu penso que o governo deve zelar primeiramente pelas populações como faz a parte militar, primeiro zela pela saúde dos seus militares para depois fazer a guerra. O país também deve zelar pela saúde das suas populações para fazer a paz e levar isto a bom termo. A minha nora teve de vir com a filha ao Centro de Saúde, depois de muitas horas não foi atendida, foi para o Hospital do Entroncamento e no fim exigiram-lhe vinte euros. As populações de longe, como Cafuz, Matos, Limeiras, Praia do Ribatejo, há pessoas que têm carro e ainda podem deslocar-se mas há pessoas que não têm e não vão pagar a um táxi. Eu nunca vi nenhum quartel fechar nas férias, minimamente fica sempre um conjunto de homens a zelar pela manutenção e abertura desse quartel, o mesmo podia acontecer em termos de saúde, fazer-se um plano de forma em que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na altura das férias não ficássemos desprevenidos do atendimento de saúde.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

“Só queria frizar um aspeto político destas coisas. Parece que entre nós há um concenso em como isto está mal. Em relação à palavra rogo já frizada pela minha colega, foste bem educado, mas às vezes, os próprios médicos não têm respeito pelo cidadão comum, pois iam para lá de manhã e só apareciam tarde e más horas para o atendimento. A questão agora aqui não é dos médicos, já quando discutimos os problemas do orçamento da Câmara dizemos sempre que uma parte grande do orçamento são os trabalhadores, eu não sei se alguns dizem aquilo porque os trabalhadores incomodam, porque os problemas não são nem dos trabalhadores, nem aqui são dos médicos. Até porque a questão dos médicos arrasta-se, não é deste ano, do ano passado e nalguns sítios ela tem sido solucionada e já é tempo de existirem médicos, mas nós não vamos ser tolinhos, isto é mesmo tudo para encerrar, o motivo é outro. No hospital de Coimbra foram tiradas valências e quase que foi fechado e já há paralelamente a funcionar os privados com todas as valências, não tenham dúvida que quem quiser saúde daqui para frente paga e quem não quiser é um produto descartável. Infelizmente é assim. Como a situação se arrasta eu compreendo a posição das Freguesias, que têm as pessoas com necessidade e que tentam desenrascar. A minha opinião e vou dá-la ao Senhor Presidente da Câmara. Eu não sei até que ponto a Câmara não pode ter uma posição pública mais rígida ou dar prazos, porque no fundo isto é discutível, porque eles não tinham dinheiro para comprar os carros, e o Senhor acha que fez bem comprá-los? O dinheiro também não é nosso? Foi bem empregue? Foi mal empregue? Já deu contributo com 3 carros. As coisas têm de ter um fim porque se efetivamente nós vimos, a própria Câmara e Junta de Freguesia, estão a

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

tapar buracos de terceiros e estão a gastar dinheiro que é nosso também. Quem tem responsabilidade é o Governo e descarta-se e atrás da saúde vai tudo.” -----

### = **Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

“Eu penso que isto tem a ver com uma questão de gestão, toda a gente sabe e eu até aceito que é capaz de haver falta de médicos, mas também relembrar que não serão só pontos negativos os últimos tempos. Eu lembro à meia dúzia de anos se queria uma consulta demorava muito e agora recentemente se queremos uma consulta conseguimos num curto espaço de tempo.” -----

### = **Intervenção do Senhor Deputado Benjamim Reis.** -----

“Em relação à intervenção da CDU, não vi como uma crítica, não é rogamos, acho que fui meigo de mais para o meu feitio, foi por uma questão de educação porque eu acho que devemos exigir tomadas de decisões. Ontem fui criticado por isso porque acho que para a minha maneira de ser estou muito benevolento, mas estamos num órgão autárquico e temos de olhar onde estamos, temos de pensar pelos dois lados, “compreender” mas não deixar de lutar por aquilo que temos direito é isto que lhes servia um pouco de lição. Em relação à intervenção do Senhor Manuel da Costa é isso que nos preocupa, ir ao médico e ter logo consulta é muito difícil para uma pessoa das Limeiras. Nós não estamos tão meigos como no ano passado, já tomamos uma outra posição, não vai haver transporte para ninguém a não ser para as pessoas que não tenham qualquer meio de locomoção, não tenham qualquer transporte, o nosso comunicado vai dizer isso mesmo, mas só será facultado transporte para casos que necessitem, mas vão ser averiguados se necessitam mesmo de transporte. As receitas vamos garantir de resto não vamos fazer mais nada.” -----

### = **Intervenção da Senhora Deputada Paula Duarte.** -----

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“Queria só dar uma achega ao Senhor Deputado Nuno Gomes, há dois ou três meses eu também fui ao médico e consegui consulta no espaço de uma hora, as chamadas consultas do dia, mas há dois ou três meses tínhamos cinco médicos no concelho. A gestão é delicada porque quando há falta, quando há imprevistos a gestão não os prevê, porque agora nós estamos com um problema entre mãos que é grave, pois tentar uma consulta para daqui a meia hora é ir para lá às oito horas da manhã como fui e esperar pela consulta do dia, que agora tem filas de gente a tentar consulta. A gestão aqui deve ser planeada doutra forma.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado José Chambel.** -----

“Boa noite a todos. Eu vou falar em casos pessoais, eu já fui várias vezes ao Entroncamento porque não tinha consulta aqui, tive que ir com a minha esposa às urgências e paguei vinte euros. Pago isso cada vez que lá vou. Recentemente tinha consulta de urologia marcada para o hospital de Tomar, mandaram-me estar lá às dez horas, com um quarto de hora antes para fazer a inscrição e fui atendido às catorze horas e mais, se perguntarem ao médico a cor dos meus olhos ele não sabe, eu não tive lá nem dois minutos, mas isto é uma consequência. Eu recebi um mail de um grande amigo meu que diz que os idosos estão a viver muito têm de se começar a matar idosos.” -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para se pronunciar.** -----

“Disse tudo o que tenho a dizer sobre isto. Há uma colaboração por parte do Município que é, total. Há de fato falta de médicos. Há que os contratar. A nossa escola não fecha, a Câmara também não, com licenças de maternidades ou paternidades continuamos a assegurar os serviços e é isso que tem de ser dito. Se eu não posso contratar, tenho falta de assistentes operacionais na escola, não fecho a escola.” -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Ponto seis – Agropecuária Valinho, S.A., Herdade do Colmeiro, Vila Nova da Barquinha, conhecimento.** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto:** -----

“É um assunto que é recorrente e é um assunto que eu gostaria de colocar aqui à discussão, até porque o problema é complicado. Este ainda é pior que a saúde. É que isto parece surreal. O Decreto Lei oitenta e um de dois mil e treze que fixa o regime do exercício de atividades pecuárias, determina no artigo trigéssimo nono o controle e fiscalização da pecuárias em Portugal e quem controla o cumprimento das normas deste regime: compete à Direcção Regional de Agricultura e Pescas. Depois, no artigo quadragéssimo diz que a entidade coordenadora realiza vistorias de controle de atividade pecuária para verificação do cumprimento dos condicionalismos legais e aprecia as modificações da atividade pecuária, ou reclamações apresentadas. Que esta Direcção Regional tem feito? Licença ambiental não existe mas para obter resposta tive de fazer três ou quatro ofícios, até que no último questioneei se há ou não licença ambiental. O número três diz que se a «...vistoria do controle revelar que ainda não estão cumpridas todas as condições anteriormente impostas a entidade coordenadora toma as medidas cautelares e as providências necessárias...». Perante a troca de correspondência que a Câmara Municipal fez coloco à consideração dos Senhores deputados o normativo legal.” -----

**Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

“Há pouco não intervi no assunto, mas em relação à intervenção do Senhor Deputado Vitorino eu terei todo o gosto de fornecer um link para uma tese de mestrado, nada político, que diz que em dois mil e quarenta temos vinte e quatro mil quatrocentos biliões de euros para pagar as parcerias público privadas. Esperamos ser vivos todos, para lá



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

chegarmos e ver o que vai acontecer. Em relação a esta questão, pelo que percebi da intervenção do Senhor Presidente e pelos cheiros que vão chegando a empresa continua a laborar. Lá voltamos aquilo que discutimos a duas sessões anteriores que a Câmara não tem autoridade para poder encerrar e voltamos novamente ao anterior, porque é que se licenciou? Eu não estava nesta assembleia, a única questão que está aqui novamente é a questão da parte arborea à volta, porque é que nessa altura se não tinham cumprido, porque é que não foi feita uma licença provisória e porque é que passou a definitiva se não havia a cortina arborea. Eu estive aqui a ler uma entrevista do Senhor Presidente ao Jornal Novo Almourol em que eu fico sem perceber um pouco, pois fala aqui de não ter autoridade mas depois diz se a Direção Geral da Agricultura ou outra entidade dizer que se encerra, então a Câmara encerra logo. Fiquei sem perceber se a Câmara tem ou não autoridade para encerrar.” -----

**Período destinado à intervenção dos Senhores Deputados. -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----**

“Atendendo à intervenção do Deputado Nuno e dos biliões da dívida, isto só prova que não há futuro nenhum. Nós renogociamos efetivamente a dívida e há muita gente do PSD a defender isso, por isso, não temos dúvidas nenhuma que estamos a caminhar para o abismo. Todos nós lemos isto, e este segundo ofício, que é uma resposta, tem uma coisa que acho piada, que anda arrastar-se, primeiro eram três mil novecentos e sessenta e oito porcos, depois já não se podia passar a licença porque passou para não sei quantos porcos. De seguida há outra diferença no número de porcos e a situação que começa a ser tratada vem-se arrastando, este processo já vem desde dois mil e nove, mas se lerem este ofício, com calma, o fato é que as coisas vão-se arrastando nunca há uma resposta a coisa nenhuma e chega-se ao final da carta e nada se diz. As

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

coisas estão na mesma, o cheiro continua, pois nas caminhadas que faço noto bem o cheiro, isto é uma situação constrangedora. Dá ideia que da parte da Direção Geral da Agricultura e da Direção Geral do Ambiente colocam a mão por cima que é para não ir para situações extremas, mas o fato é que havia alguma posição mais forte sobre esta situação, porque isto também é um atentado à saúde pública.” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

“Recordar ao Deputado Nuno que o Decreto Lei cento e sessenta e cinco de dois mil e catorze criou o regime extraordinário de regularização de atividades económicas, até aqueles que estão em zonas ambientais a Lei prevê a sua regularização evocando interesse municipal e nacional. Até aqueles que estão ilegais está a procurar o governo legalizá-las. É preciso que se diga isto. Se a terceira vistoria do contrato revelar que ainda não estão cumpridas todas as condições impostas a entidade coordenadora que é a Direção Regional de Agricultura e Pescas toma as medidas cautelares que inclui a suspensão ou encerramento da atividade pecuária, ou seja quem tem competência é o governo.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

“Não há nada que se possa fazer sobre isto, neste momento?” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

“Eu pedi ajuda à Assembleia, mas ninguém me ajudou.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

“Pergunto se tem alguma sugestão, tendo em conta que é jurista, há alguma forma de agir, ou até a própria câmara intervir juridicamente sobre esta matéria.” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

“Eu acho que era a Câmara e a Assembleia Municipal colocar a questão junto do governo porque é que aquilo está a funcionar naqueles moldes.”-

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

“A nossa bancada está disponível para assinar uma carta. O que se denota é que isto andou tanto tempo que arranjam uma nota interpretativa da maneira que lhes desse mais jeito. Uma coisa que é ilegal não devia andar tanto tempo e com os transtornos que causou e continua a causar acabamos agora por levar com o assunto.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----**

“Pegando no desafio do Deputado João Filipe Ricardo e do Presidente da Câmara poderíamos pedir a cada uma das bancadas que nomeassem alguém para fazermos uma ação conjunta, nem que seja por escrito para questionarmos que de direito para se pronunciar sobre este assunto. Isto já está como a saúde. Eu vou dar uma opinião muito pessoal, não é opinião da mesa, isto só vai à “marretada”, isto no sentido figurado. A Junta de Freguesia em relação à saúde, pede aos senhores governantes, no caso da Direção Geral da Saúde, o Senhor Diretor dos Serviços, Francisco Santos, diz no último parágrafo: «não estão ainda defenido o enquadramento nos outros regimes...», ou nós colocamos as pessoas da Praia do Ribatejo não sei aonde e fazemos uma manifestação ou então vamos à sunicultura e soltamos os porcos. O que eu acho, é que algumas vezes estão a querer é que chamemos a televisão, colocamos as pessoas ao pé dos porcos tal e qual como aconteceu com o caso do BES. A proposta da mesa é um pouco mais séria, porque é chamar cada um dos senhores que queiram, que possam, para que fizessemos um manifesto a exigir uma solução. Eu acho, que este caso também se pode aplicar à saúde, para ver se os nossos amigos despertam. A minha proposta é que cada bancada nomeasse um deputado para depois em conjunto tornar escrito num consenso, porque aqui não há divisão partidária.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Benjamim Reis. -----**

“Eu queria fazer uma reclamação ao Senhor Deputado Inocêncio porque tirou-me o protagonismo. Eu queria falar sobre a Praia do Ribatejo. Vou



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

falar como cidadão e não como Presidente da Junta de Freguesia. Não vivo na Barquinha, mas sinto o cheiro quando passo na estrada da Barquinha. Sou solidário com a Barquinha porque também estiveram solidários com a Praia do Ribatejo quando havia os mal cheiros. Na Praia do Ribatejo o tratamento foi um pouco pela força e se calhar terá de se fazer o mesmo aqui, talvez com a intervenção da imprensa. Estou de acordo com o Deputado Inocêncio, quando se deve fazer uma comissão e deve tomar posição sobre o que deve fazer para que se resolva de uma vez por todas, mas não com esta calma. Devo salientar que a pecuária da Praia do Ribatejo já foi atacada novamente para reabrir. Foi sondada a Junta de Freguesia da Praia do Ribatejo e dissemos logo que é uma coisa impossível porque veio de uma guerra e não será fácil. Certamente a Câmara também não ia autorizar que isso fosse em frente.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

“Eu concordo com isso e voltamos à tal história, isto faz parecer as parcerias público privadas e o pior é que eles estão feitos e o que se pode fazer para resolver? Com isto é a mesma coisa, a Câmara emitiu a licença de utilização e o que é que a Câmara agora pode fazer para resolver o problema.” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

“Eu posso esclarecer. Não estamos a discutir a licença de utilização, estamos a discutir o funcionamento e as condições ambientais. Não estejamos a fugir ao assunto. Vocês dizem que há maus cheiros, há provas que estão a ser descarregados nas linhas de águas residuos da suinicultura e para isso houve multas, alguém tem de atuar. Quem é a entidade competente? É isso que pergunto.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo Oliveira.** -----

“Este assunto é demasiado complicado para se puder tomar decisões aqui e de repente. É tão complicado e não nos podemos esquecer que a cerca

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

de um ano este assunto foi bem ou mal tratado. A cerca de um ano este assunto veio á sessão da Assembleia e pela documentação que na altura veio e pelo que foi transmitido pelo Jornal Novo Almourol houve um abaixo assinado e o senhor redator do Jornal Novo Almourol fez exposição, falou que estava tudo resolvido, não podemos esquecer destas histórias que são reais. Os cheiros já existem há muitos anos, foi-se deixando passar o assunto, temos de tomar hoje uma posição. Eu, concorro com a constituição da comissão, temos de ter algum cuidado para abordar isto, porque a realidade foi a Câmara que autorizou e não podemos fugir a isto, nós temos de assumir as nossas próprias responsabilidades e o Município de Vila Nova da Barquinha foi responsável pela passagem de uma licença de utilização na qual, nem sequer, contrariamente ao que se quer hoje em dia passar, havia exigência ao proprietário. Temos de ser realistas, temos de falar a verdade. Eu tenho aqui as fotocópias fornecidas pela Câmara em que podemos ver que a Câmara passou a licença de utilização passados oito dias. Eu estou totalmente de acordo mas devemos ter mesmo na elaboração disso, tudo bem seguro daquilo que vamos dizer e vamos certamente estar de acordo todas as bancadas. Isto é um perigo para a própria saúde, temos de estar todos de acordo em fazer um comunicado, uma exigência a quem de direito para resolver a situação.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso. -----**

“A licença que foi passada não tem de ser revalidada passados uns anos?”

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

“Vocês tem de perguntar ao governo não ao presidente da Câmara. A questão de suinicultura de Tancos, a questão de suinicultura do alargamento de Atalaia foi indeferido, e a suinicultura de Praia do Ribatejo foi indeferido. A questão de suinicultura é uma questão que já vem do antecedente. A única coisa que existe ali é um compromisso por parte da



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cortina arborea que não está cumprida em termos de despacho. Agora, isso será o bastante para revogar a licença ambiental? Se a licença ambiental não existe, está caducada? Será que se eu fechar a sunicultura não vem ser complicado para a Câmara Municipal? Uma coisa é certa, vimos que a administração central a não fazer nada, certo? Tem aí a resposta de administração central, uma nota interpretativa com disse o Senhor Deputado João Filipe, para não falar no Decreto Lei que visa regularizar aquelas que estão em zonas de violação de direito ambiental. Objetivamente, há aqui interesses económicos em jogo, não somos passarinhos que andamos aqui a voar. Eu deixo à vossa consideração. Este é um assunto que deve ser partilhado por todas as bancadas, é um assunto das populações e devíamos tomar uma posição comum. È a minha sugestão, por isso estar a tentar aqui pedir o vosso apoio. Dizer também a quem foi feita uma petição nada disse, ou seja, vê-se que não é matéria fácil, mas não é por isso que não vamos à luta, porque quem não luta já perdeu. Temos de pôr mãos à obra sobre pena de neste verão ou no próximo termos maus cheiros e depois a culpa é da Câmara. Aí a Câmara fará um comunicado e com todo o gosto. O objetivo não é fazer comunicados mas sim tentar ultrapassar os problemas, foi para isso que fomos eleitos com a colaboração de todos.” -----

### = **Intervenção do Senhor Deputado Vitorino Monteiro.** -----

“Sobre a matéria em epigrafe o Senhor Presidente da Câmara já foi claro nesta matéria e julgo que a comissão que se vai formar que devem pronunciar-se e imputar responsabilidades ao Ministério da Agricultura. Só este Ministério é que é responsável por isso e uma vez que já foi dado conhecimento ao Provedor da Justiça, esta Assembleia não deve deixar cair o assunto porque se trata de saúde pública. Se se trata de saúde pública os responsáveis tem de resolver o problema. A Assembleia deve levar até às últimas consequências este assunto.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**No uso da Palavra o Senhor Deputado João Gralha em substituição do Senhor Presidente da Assembleia, Rui Monteiro Picciochi solicitou às bancadas dos Partidos Políticos um representante para constituir a referida Comissão. CDS – Deputado Manuel de Oliveira; PPD/PSD – Deputado Nuno Gomes; CDU – Deputada Paula Duarte; PS – Deputado César Cardigos; -----**

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento. -----**

**Ponto sete –Apreciação e Aprovação do Regulamento de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha.-----**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----**

“O que vem à discussão é o regulamento de reabilitação urbana, no fundo um conjunto de práticas. Tem essencialmente por base a criação de uma base de dados de informação de casas que sejam para venda ou para arrendamento, um regime geral de taxas ou incentivos fiscais nos termos dos estatutos dos benefícios fiscais, ou seja, que o próprio estatuto alterou e que o artigo do regulamento não previa. Há também a possibilidade de criar aqui uma loja de reabilitação chamado atendimento personalizado e também informativo, no âmbito da regeneração urbana. No fundo é preparar no quadro do urbanismo aquilo que aí vem em fundos comunitários para quem quiser recuperar o seu património. Passava haver um procedimento mais fácil e criam-se um conjunto de boas práticas no Município.” -----

**Intervenção dos Senhores Deputados. -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo. -----**

“O que me parece é que isto tem como objetivo principal, não digo uniformizar mas de alguma forma termos a possibilidade dentro do possível cuidado com algumas situações de forma a não aparecer disparidades entre as construções e haver um enquadramento

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

paisagístico e habitacional. Eu vejo aqui algumas coisas que se calhar, como no caso do ar condicionado, só pode ser posto consoante diversas condições, porque de fato há construções que a colocação destes aparelhos fica sem estética. Parece-me que à priori isto tem que ser feito para regulamentar as coisas. Sei que está prevista alguma ajuda às pessoas, porque às vezes a questão de recuperação sai mais caro e portanto isso está salvaguardado.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz.** -----

“Os regulamentos de reabilitação urbana como todos os outros regulamentos só têm eficácia se forem cumpridos. É verdade que há um tempo atrás cometeram-se algumas coisas que eu não concordo, mas isso não quer dizer que hoje não venha a defender. Já se cometeram algumas atrocidades em termos de construção e em termos de planos de salvaguarda, lembro-me aqui na zona de salvaguarda da Barquinha e Tancos que estava protegida e o que se fez em alguns planos não cumpriu o plano. Ainda sou do tempo em que as pessoas arregaçavam as mangas, arquitetos e desenhadores e vinham para a rua ver as casas que estavam a cair e faziam um esboço, um esquema para ver como era para quando se pudesse fazer a reconstrução, pudesse fazer dentro do cariz arquitetónico, para não se perder a traça ribeirinha. Muitas das reabilitações só têm betão, vimos isso na rua da Barca, A construção aqui ao lado da Câmara, o hotel rural. Em relação ao hotel rural e com todo o respeito sempre debati que aquilo é uma atrocidade, que tem volumetria a mais e que não respeita a fachada. Estes regulamentos são importantes mas é preciso que eles cumpram e que se ponham em prática.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Nuno Gomes.** -----

“Faço minhas as palavras do Senhor Deputado Inocêncio. É exatamente isso que eu ia dizer, os regulamentos são muito bonitos mas é preciso que se cumpra e é preciso haver bom senso e que as coisas funcionem,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que não estejam mal e degradadas. Eu tenho um exemplo, não neste Município mas numa aldeia do Fundão em que o meu filho comprou uma casa da sua falecida mãe. Vai reconstruir, a casa fica ao pé de uma igreja secular, com mais de quinhentos anos, está em pedra, não se pode por caixalhariás, nem pvc ou imitar a madeira, tem de ser mesmo em madeira e não se pode mexer em nenhuma pedra. Ele com um metro e noventa quase que não entra mas tem de ser assim, apesar de todas as casas naquela rua e naquela zona já estarem todas em branco, com alumínio, ou seja, aquela é que destoa. Eu espero que não cheguemos a esse ponto aqui, e que as casas se vão reconstruir de acordo com o regulamento.” --

**Dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----**

“Só dizer que isto é uma consequência de própria Lei, da Lei trinta e três de dois mil e doze. Os regulamentos valem o que valem e temos que nos adaptar, temos que fazer aquilo a que a Lei nos obriga.” -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao Regulamento de Reabilitação Urbana de Vila Nova da Barquinha, esta foi aprovada por unanimidade com dezanove votos a favor dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS. -----**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

**Ponto oito – Pedido de renovação de autorização emitida pela Assembleia Municipal, em 26 de Setembro de 2014, procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**emprego público por tempo indeterminado (3 postos de trabalho). --**

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto: -----**

“Todos os processos concursais, como sabem na sequência da Lei do Orçamento Geral do Estado tem de passar pela Assembleia. Acontece que os concursos ainda estão a decorrer expirando o prazo para sua conclusão, por isso vem-se pedir a sua prorrogação.” -----

**= Intervenção dos Senhores Deputados. -----**

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----**

“Queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, é uma provocação mas tem algum cabimento. Senhor Presidente a composição do júri é algo que decorre da Lei, mas acho que a composição do Júri deveria ser composta por pessoas que tivessem alguma ligação com aquilo que estão a ajuizar?”-----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

“Que eu saiba nestes órgãos, nestes concursos estão aqui em jogo as pessoas da área funcional, são os dirigentes dos serviços, melhor que ninguém os dirigentes da administração pública com capacidade para avaliar a seleção dos respetivos funcionários.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz. -----**

“O Senhor acha que para os serviços gerais, onde há uma prova de limpeza o júri seja composto por um Senhor Engenheiro, o Vereador Ricardo, um Senhor licenciado em Direito e uma técnica superior, a Senhora Lurdes Gil para avaliar um serviço de limpeza.” -----

**= Intervenção do Senhor Presidente da Câmara. -----**

“O responsável pelos recursos humanos tem de fazer parte do júri, não estou a ver qual o mal do Dr. João Lopes fazer parte. Tomara nós termos na composição do júri, elementos com esta capacidade técnica para avaliar um assistente operacional.” -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = **Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira.** -----

“Sobre este assunto tenho algumas dúvidas. A minha dúvida é sobre o seguinte, estamos a analisar o ponto número oito e depois temos o ponto número nove, o elemento do ponto número nove está incluído no ponto número oito? Se está o porquê dos dois pontos? Apenas quero dizer que por coerência em vou abster-me nestas votações tal como fiz a um ano atrás, porque parecendo que não andamos aqui a um ano para resolver um assunto destes.” -----

### = **Intervenção do Senhor Presidente da Câmara.** -----

“Senhor deputado o seu ano esticou. Demos autorização a vinte e seis de Setembro de dois mil e catorze. A demora tem a ver essencialmente com o trabalho desempenhado pelos recursos humanos que é muito. Vocês têm de ter a noção que passamos de cinco chefes de divisão para um e isto implica alguma ginástica nomeadamente nos quadros intermédios da Câmara que andam sobrecarregados, não vamos inventar. È muito bonito fazer diplomas mas eu não encerro serviços e tenho de continuar a trabalhar. Por isso, é que estou a pedir autorização a título excecional, de um júri que eu entendo que é capaz de avaliar bem em termos técnicos. Eu percebo onde o Deputado Inocêncio quis chegar, no antigo regime da Administração Pública previa que alguém das carreiras ou categorias fizesse parte do júri. Mas entendo que este júri é capaz.” -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao pedido de autorização de renovação de procedimento concursal, esta foi aprovada por maioria com três abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel,**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS.** -----

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos.** -----

**Ponto nove – Pedido de autorização nos termos do nº2, do artº47º, da Lei nº82-B/2014 de 31 de Dezembro, para abertura de procedimento concursal comum com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, uma vez que o anterior concurso ficou deserto).** -----

**Foi dada a palavra ao Senhor Presidente a Câmara para expor o assunto:** -----

“Como o Senhor Deputado abordou a questão, e muito bem, esta também está excertado no ponto anterior. Aconteceu que neste concurso, motoristas de pesados categoria D, o concurso ficou deserto. Houve três concorrentes, dois foram excluídos porque não reuniam os pressupostos do aviso de abertura e o terceiro, uma senhora, o júri entendeu que nas provas práticas não tinha capacidade técnica para o exercício da função. Na sequência disso temos que pedir uma autorização de procedimento concursal comum. O que vem à Assembleia é a abertura de um novo concurso.” -----

**= Intervenção dos Senhores Deputados.** -----

**= Intervenção do Senhor Deputado João Filipe Ricardo.** -----

“Eu passo a minha palavra ao Deputado Inocêncio.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Inocêncio Cruz.** -----

“É um concurso público não é para colocar contratados que acabaram contrato e para ingressarem nos quadros da Câmara, se é concurso público tudo bem. Eu estou à espera que saiam os resultados dos outros concursos, isto não é uma ameaça, é uma contestação, porque depois quero ver se o que consta para aí se na prática é real. Eu não gosto nada

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

que as pessoas me piquem no sentido de que não vale a pena concorrer porque o lugar já está para alguém. Eu sou apologista do concurso público, eu também entrei por concurso público, porque acho que os outros que estão a concorrer ou querem concorrer temos que saber se são capazes ou não e não porque sou amigo e já estive na casa que vou ficar. Eu sou a favor do concurso, tenho votado muitas vezes contra estes concursos públicos, tenho abestado como o Senhor Deputado Eduardo, dei o meu voto de confiança no último concurso e estou com vontade de não dar o voto de confiança neste concurso público, mas vou dar.” -----

**= Intervenção do Senhor Deputado Eduardo de Oliveira. -----**

“Eu continuo com algumas dúvidas sobre isto. Se nós no ponto número oito que foi aprovado agora, demos autorização para os três elementos o porquê do ponto número nove.” -----

**O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados do seguinte: -----**

“O que está em causa é a renovação de três postos de trabalho. Quanto à questão do Senhor Deputado Inocêncio, não tenha dúvidas pois o concurso ficou deserto, ou seja, não há dúvidas que não há ninguém para entrar para os quadros da Câmara.” -----

**Posta à votação a proposta da Câmara Municipal referente ao pedido de autorização de abertura de procedimento concursal, esta foi aprovada por maioria com três abstenções dos Senhores Deputados Eduardo de Oliveira, Nuno Gomes e Anabela Queiroz do PPD/PSD e dezasseis votos a favor dos Senhores Deputados, João Filipe Ricardo e Paula Duarte da CDU, Manuel de Oliveira do CDS e Manuel da Costa, Inocêncio Cruz, José Pereira Sousa, Manuel Cardoso, Vitorino Monteiro, Paulo Constantino, César Cardigos, José Chambel, Benjamim Reis, Miguel Homem, Manuel Honório, João Machado e João Gralha do PS. -----**



## **ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

**Este ponto da ata foi aprovado em minuta e por unanimidade, para efeitos imediatos. -----**

Terminada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta sessão ordinária desejando a todos os presentes um bom fim-de-semana e para constar se lavrou a presente ata que depois de aprovada, vai ser assinada pelos senhores Presidente da Assembleia Municipal e Secretários: -----

**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, em exercício**

(João Manuel Alves Gralha)

**O Senhor Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia**

(Inocência Rodrigues Cruz)

**O Senhor Segundo Secretário da Mesa da Assembleia Municipal**

(César Augusto da Silva Barros Cardigos)



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### LISTA DE ANEXOS

<b>Anexo 1</b>	Lista de Expediente
<b>Anexo 2</b>	Declaração Política apresentada pelos eleitos da CDU cujo tema é “Na saúde e na doença até que o capital nos separe”, lida pela Senhora Deputada Paula Duarte
<b>Anexo 3</b>	Moção apresentada pelos eleitos do PS cujo tema é “Serviço Nacional de Saúde”, lida pelo Senhor Deputado Manuel Cardoso
<b>Anexo 4</b>	Ofício nº25/2015 datado de 11/05/2015 da Resitejo – Informação sobre consulta de elementos da Resitejo
<b>Anexo 5</b>	Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara